

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

Concurso Público
Nível Médio

Caderno: MA

Aplicação: 6/8/2006

CARGO 20:

OFICIAL DE DILIGÊNCIAS

ESPECIALIDADE: INSTITUCIONAL

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno MA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 8/8/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- II 9 e 10/8/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 13/9/2006 – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – MPE/TO – ADMINISTRATIVO, de 16/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPEUnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O discurso que procura limitar a atuação dos
movimentos de defesa dos direitos humanos a uma questão
4 policial carrega grande distorção. Muitos acabam sem
responder a uma indagação que amiúde surge na boca
daqueles que pretendem esvaziar o discurso acerca dos
direitos humanos: “e os direitos humanos da vítima?” Parece
7 até que existem duas espécies de direitos humanos: o dos
marginalizados e o das vítimas. Direitos humanos constituem
um instrumento forjado para defender a pessoa humana de
10 modo geral e não, apenas, um indivíduo qualquer, seja ele
criminoso, seja ele vítima de crimes. A violação dos direitos
humanos dissemina-se não só por meio das transgressões à
13 lei, mas também pelo exercício abusivo do poder político e
do poder econômico. A violação de um direito, seja ele de
uma pessoa, seja de um grupo de pessoas, está permanente
16 e estruturalmente subordinada ao autor da violação, mas não
se deve esquecer de que há fatores sociais e econômicos
envolvidos na questão.

Maurício José Nardini. **Papel do ministério público na promoção dos direitos humanos**. Internet: <www.drmaycon.hpg.ig.com.br> (com adaptações).

Considerando as idéias e aspectos lingüísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Pelos sentidos do texto, depreende-se que o autor critica a ação dos grupos que defendem os direitos humanos de criminosos.
- 2 Os dois-pontos empregados na linha 7 podem ser substituídos por vírgula, sem que haja prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto.
- 3 De acordo com a direção argumentativa dada ao texto, o termo “marginalizados” (l.8) poderia ser substituído por qualquer uma das seguintes palavras: bandidos, delinquentes, vagabundos.
- 4 Pelo emprego do termo “forjado” (l.9), o autor sugere que os direitos humanos, no Brasil, representam uma farsa.
- 5 Mantêm-se a correção gramatical e a coerência textual com a seguinte reescrita do primeiro período sintático do texto: É altamente distorcido o discurso que procura limitar a atuação dos movimentos de defesa dos direitos humanos à questão policial.
- 6 O texto, que se caracteriza como dissertativo-argumentativo, destaca-se por seu estilo de linguagem muito formal.

1 Um dos mais fortes argumentos contra qualquer
espécie de racismo vem das recentes descobertas no campo
da genética, que consolidaram, no campo científico, a idéia
4 bastante conhecida atualmente de que todos os seres
humanos existentes hoje em dia são originários de um
mesmo grupo de hominídeos que viveram na África
7 Ocidental há dezenas de milhares de anos.

As pesquisas realizadas pelo geneticista Marc Feldman, professor da Universidade de Stanford, nos
10 Estados Unidos, que comparou os códigos genéticos de
1.056 voluntários de 52 regiões do planeta, revelaram
diferenças tão pequenas que a única conclusão possível é a
13 de que toda a humanidade descende de uma população bem
pequena. Os cálculos matemáticos efetuados levaram à
conclusão de que duas mil pessoas que viviam no continente
16 africano há 70.000 anos são a origem da população atual da
Terra.

Essa população, por motivos ainda desconhecidos,
19 migrou em direção ao norte, passando pelo Oriente Médio,
povoando a Europa e a Ásia e posteriormente migrando
dessa região para o continente americano e demais partes do
22 mundo.

Reinaldo Dias. **Antepassados humanos comuns**. In: **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 175 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto acima.

- 7 Conclui-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que, além das descobertas científicas, há outros fortes argumentos contra idéias racistas.
- 8 Depreende-se da leitura do texto que a espécie humana surgiu na Terra há 70 mil anos.
- 9 O último período do texto pode ser reescrito, com coerência e correção gramatical, da seguinte forma: Essa população, que, por motivos ainda não conhecidos, migrou em direção ao norte, passou pelo Oriente Médio, povoou a Europa e a Ásia e, posteriormente, migrou dessa região para a América e para as demais partes do planeta.
- 10 As palavras “espécie” e “idéia” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 11 A forma verbal “vem” (l.2) estabelece concordância com o termo “argumentos” (l.1).
- 12 O emprego da preposição “de” em “de que todos os seres humanos existentes hoje em dia são” (l.4-5) deve-se à regência da forma verbal “consolidaram” (l.3).
- 13 Na linha 12, o emprego de **cuja** em substituição a “que a” garante a correção gramatical e a coerência do texto.

1 Manuel Bonfim diz que o processo de exploração econômica pode ser tão brutal que destrói o explorado. Foi o caso da escravidão africana no Brasil, onde o escravo
4 destruído fisicamente pela brutalidade do sistema era substituído por novos escravos fornecidos pelo tráfico. Além disso, o explorado era constrangido a assegurar a
7 sobrevivência do explorador, não apenas cedendo-lhe o fruto do seu trabalho, mas defendendo-o e apoiando-o, como capanga, soldado ou eleitor, quando liberto. Nas guerras da
10 América Latina, índios e negros asseguravam como soldados o domínio dos seus exploradores. Este paradoxo cruel mostra a extensão do parasitismo exercido pelas classes
13 espoliadoras. Portanto, a base real das nossas sociedades era a exploração econômica de tipo ferozmente parasitário, e seus efeitos atuavam sobre a vida social, gerando uma
16 estrutura que comportava essencialmente três categorias: os escravos, os que viviam à custa do trabalho destes e a massa amorfa, freqüentemente desocupada, entre ambos. Portanto,
19 um estado negativo de coisas, uma sociedade muito imperfeita.

Antonio Candido. **Radicalismos**. Palestra no Instituto de Estudos Avançados, set./1988. Internet: <www.scielo.br/pdf> (com adaptações).

Com relação às idéias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 14 A escravidão africana no Brasil é exemplo da destruição do capital humano em consequência do processo de exploração econômica.
- 15 De acordo com o texto, as classes dominadas, na América Latina, paradoxalmente, garantiram a permanência no poder da classe que as subjugava.
- 16 Depreende-se do texto que a desigualdade social presente nos países latino-americanos tem origem no modo de formação político-social dessas nações.
- 17 Infere-se do texto que a indolência comumente atribuída ao povo latino advém do parasitismo exercido pelas classes espoliadoras.
- 18 Na linha 3, “onde” tem como referente sintático-semântico o termo nuclear “caso”.
- 19 O vocábulo “como” (l.10) está empregado com o mesmo sentido da expressão **na condição de**.

Nos próximos itens, são apresentados trechos de correspondências oficiais. Julgue-os no que se refere à correção gramatical e à adequação da linguagem.

- 20 Encaminho, para apreciação de V.Ex.^a, o projeto anexo, que, visando ao fortalecimento da organização social, política e econômica das famílias que sobrevivem da agricultura familiar e do agroextrativismo, pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas nas áreas dos babaçuais, no estado do Tocantins.
- 21 Tenho a satisfação de me dirigir a Vossa Senhoria para solicitar-lhe a gentileza de autorizar seja posto à disposição desta Secretaria dois computadores, necessários para a execução das tarefas administrativas de recebimento e acompanhamento de processos.
- 22 Aguardamos o pronunciamento de V.S.^a acerca da proposta que vos foi apresentada, para que possamos encaminhá-la, com a maior brevidade possível, as instâncias superiores, que a aguardam para as devidas considerações.

Ainda no que se refere à redação de correspondências oficiais, julgue os seguintes itens.

- 23 Na introdução de correspondência destinada ao mero encaminhamento de documentos, deve-se fazer referência ao expediente em que se solicitou a remessa.
- 24 Em memorandos, o destinatário da correspondência é mencionado pelo cargo que ocupa.
- 25 Atualmente, na redação de correspondências oficiais, dá-se preferência ao emprego da forma direta de comunicação, evitando-se o emprego de expressões como “Cumpre-me informar que”, ou “Dirijo-me a (...) com o propósito de”.

Texto para os itens de 26 a 34

Maldição do segundo mandato

Poder é um vício, e a dinâmica avassaladora com que presidentes latino-americanos têm se valido de todos os recursos disponíveis para se perpetuar no cargo serve de alerta sobre os reais benefícios da reeleição, seja ela direta ou não.

Correio Braziliense, 11/6/2006, p. 20 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens subseqüentes, relativos à política na América Latina.

- 26 O poder como vício levou a vários desastres na história política da região, como demonstra o caso do presidente peruano Fujimori.
- 27 Carlos Menem, na Argentina, governou por dois mandatos e deixou o país em uma crise profunda.
- 28 O presidente Fernando Henrique Cardoso foi uma exceção ao quadro latino-americano ao ter decidido realizar apenas um mandato presidencial.
- 29 O presidente Lula se prepara para concorrer a um segundo mandato ante as eleições presidenciais que se realizarão no início do próximo ano.
- 30 Há nove anos no poder, Hugo Chávez, presidente da Venezuela, não tem mais interesse político em seguir no comando do seu país.

Ainda tendo o texto como referência inicial, julgue os itens que se seguem, relativos ao instituto da reeleição no Brasil.

- 31 Instituto tradicional na política brasileira, a reeleição vem sendo aplicada com grande ganho democrático.
- 32 A possibilidade da reeleição pode ser aplicada não apenas ao presidente da República, mas também aos governadores de estados e prefeitos das cidades.
- 33 A reeleição, embora inovadora nas instituições republicanas brasileiras, cria uma forte preocupação pelo eventual uso das máquinas governamentais para projetos pessoais de reeleição.
- 34 A reeleição de prefeitos em todo o Brasil, prevista para as eleições de outubro de 2006, demonstra que o poder é naturalmente viciado.

A forma em torno da qual a economia nacional está encaminhada não permite imaginar muita modificação estrutural no curto prazo. A respeito desse aspecto, julgue os itens a seguir.

- 35 O controle de preços e da inflação é um aspecto central da estabilidade econômica do país.
- 36 A ampliação do comércio externo nos últimos anos vem aumentando a debilidade do país.
- 37 A economia nacional está predominantemente amparada no setor de serviços.
- 38 A estabilidade do Brasil atual é causa do forte crescimento econômico do país, em padrões asiáticos.
- 39 A economia nacional é marcada por forte elevação de preços, a cada semana, criando instabilidade e insegurança nos consumidores.

As patentes são indicadores naturais de inovação e crescimento sustentado. O Brasil anda lento nesse campo. A respeito desse tema, no Brasil e no mundo, julgue os próximos itens.

- 40 Por ter crescido muito, em termos percentuais, nos últimos anos, o Brasil é campeão de depósito de patentes entre todas as nações em desenvolvimento.
- 41 O número de patentes tem crescido entre os países em desenvolvimento.
- 42 Os países, para crescerem, necessitam ter a propriedade intelectual de seus bens e inovações.
- 43 A prioridade no emprego exclui, necessariamente, o esforço de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Os princípios de contagem, na matemática, incluem:

- I **Princípio da Soma:** se um evento E_1 pode ocorrer de N_1 maneiras distintas, E_2 , de N_2 maneiras distintas, ..., E_k , de N_k maneiras distintas, e se quaisquer dois eventos não podem ocorrer simultaneamente, então um dos eventos pode ocorrer em $N_1 + N_2 + \dots + N_k$ maneiras distintas.
- II **Princípio da Multiplicação:** considere que E_1, E_2, \dots, E_k são eventos que ocorrem sucessivamente; se o evento E_1 pode ocorrer de N_1 maneiras distintas, o evento E_2 pode ocorrer de N_2 maneiras distintas, ..., o evento E_k pode ocorrer de N_k maneiras distintas, então todos esses eventos podem ocorrer, na ordem indicada, em $N_1 \times N_2 \times \dots \times N_k$ maneiras distintas.

Considerando o texto acima e a informação do portal www.mp.to.gov.br, de que, no Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), há 85 promotores de justiça e 12 procuradores de justiça, julgue os itens de 44 a 48.

- 44 Considere que se deseje eleger, entre os procuradores e os promotores do MPE/TO, um presidente, um vice-presidente e um ouvidor, para a direção de um clube dos membros do MPE/TO, de modo que nenhuma pessoa possa ser eleita para mais de um cargo. Nessa situação, é correto afirmar que há 288 maneiras diferentes de se escolherem os três membros para a direção do clube e este resultado é uma consequência do **Princípio da Soma**.
- 45 Considere que, entre os promotores de justiça do MPE/TO, haja 27 mulheres. Suponha que 60 promotores tenham menos de 50 anos, e que, neste grupo, haja 15 mulheres. Nessa situação, um dos eventos “ter menos de 50 anos” ou “ser mulher” tem 72 maneiras distintas de ocorrer.
- 46 É correto afirmar que, no máximo, 7 dos promotores de justiça nasceram no mesmo mês.
- 47 Há 70 maneiras diferentes de se constituir um comitê que contenha exatamente 4 membros escolhidos de uma lista de 8 procuradores de justiça.
- 48 Se 4 dos procuradores de justiça são mulheres, então a probabilidade de se escolher, ao acaso, somente entre os procuradores, um procurador de justiça que seja mulher é inferior a $\frac{1}{2}$.

RASCUNHO

Uma proposição é uma frase afirmativa que pode ser avaliada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não se admitem, para a proposição, ambas as interpretações. Muitas proposições são compostas, isto é, são junções de outras proposições por meio de conectivos. Uma proposição é primitiva quando não é composta. Se P e Q representam proposições quaisquer, as expressões $P \wedge Q$, $P \vee Q$ e $P \rightarrow Q$ representam proposições compostas, cujos conectivos são lidos, respectivamente, e, ou e implica. A expressão $P \rightarrow Q$ também pode ser lida “se P então Q”. A interpretação de $P \wedge Q$ é V se P e Q forem ambos V, caso contrário é F; a interpretação de $P \vee Q$ é F se P e Q forem ambos F, caso contrário é V; a interpretação de $P \rightarrow Q$ é F se P for V e Q for F, caso contrário é V. A expressão $\neg P$ é também uma proposição composta, e é interpretada como a negação de P, isto é, se P for V, então $\neg P$ é F, e se P for F, então $\neg P$ é V.

Uma expressão da forma $(P \wedge (P \rightarrow Q)) \rightarrow Q$ é uma forma de argumento que é considerada válida se a interpretação de Q for V toda vez que a interpretação de $P \wedge (P \rightarrow Q)$ for V.

Uma proposição também pode ser expressa em função de uma ou mais variáveis. Por exemplo, afirmativas tais como “para cada x, P(x)” ou “existe x, P(x)” são proposições que podem ser interpretadas como V ou F, de acordo com o conjunto de valores assumidos pela variável x e da interpretação dada ao predicado P.

A negação da proposição “para cada x, P(x)” é “existe x, $\neg P(x)$ ”. A negação da proposição “existe x, P(x)” é “para cada x, $\neg P(x)$ ”.

Considerando as informações apresentadas acima, julgue os itens subsequentes.

49 Considere as seguintes proposições.

- $(7 + 3 = 10) \wedge (5 - 12 = 7)$
- A palavra “crime” é dissílaba.
- Se “lâmpada” é uma palavra trissílaba, então “lâmpada” tem acentuação gráfica.
 $(8 - 4 = 4) \wedge (10 + 3 = 13)$
- Se $x = 4$ então $x + 3 < 6$.

Entre essas proposições, há exatamente duas com interpretação F.

50 Todas as interpretações possíveis para a proposição $P \vee \neg(P \wedge Q)$ são V.

51 Não é possível interpretar como V a proposição $(P \rightarrow Q) \wedge (P \wedge \neg Q)$.

52 Ao empregar os símbolos P, Q e R para as proposições primitivas “Paulo lê revistas científicas”, “Paulo lê jornais” e “Paulo lê gibis” respectivamente, é correto simbolizar a proposição composta “Paulo lê gibis ou não lê jornais e não lê revistas científicas” por $\neg((R \vee Q) \wedge \neg P)$.

53 É válido o seguinte argumento: Se Ana cometeu um crime perfeito, então Ana não é suspeita, mas (e) Ana não cometeu um crime perfeito, então Ana é suspeita.

54 Considere que $P \rightarrow Q$ e $\neg P \vee Q$ têm exatamente as mesmas interpretações V ou F. Então, simbolizando-se adequadamente, pode-se afirmar que é válido o seguinte argumento: Pedro não é um frade franciscano ou Pedro fez voto de pobreza, mas (e) Pedro é um frade franciscano, então Pedro fez voto de pobreza.

55 Considere que, em cada célula da tabela abaixo, deve-se associar uma projeção da forma $P \wedge Q$, em que P é proposição correspondente à linha e Q à coluna. Algumas células já estão preenchidas e sabe-se que a proposição “rosas são azuis” é F. Nesse caso, o preenchimento correto de todas as células vazias é F.

	Rosas são azuis.	João é médico.	Se $a^2 \geq 0$, então $10 \geq 10^2$.
Palmas é a capital do Tocantins.		V	
Pedro é procurador de justiça.		V	
Se $a = 4$ e $b = 5$, então $a + b = 9$.		V	

56 A proposição “para cada x, $(x + 2) > 7$ ” é interpretada como V para x pertencente ao conjunto $\{6, 7, 8, 9\}$.

57 Se x pertence ao conjunto $\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$, então a proposição “existe x, $(x + 6) < 4$ ” é V.

58 A negação das proposições “para cada x, $(x + 4) \neq 10$ ” e “existe x, $(x + 3) < 8$ ” é verdadeira para x pertencente ao conjunto $\{2, 4, 6, 8, 10\}$.

59 Considere que são V as seguintes proposições: “todos os candidatos que obtiveram nota acima de 9 na prova de Língua Portuguesa foram aprovados no concurso” e “Joaquim foi aprovado no concurso”. Então a proposição “Joaquim teve nota acima de 9 na prova de Língua Portuguesa” é também V, podendo-se concluir que essas proposições constituem um argumento válido.

60 A negação da proposição “algum promotor de justiça do MPE/TO tem 30 anos ou mais” é “nem todo promotor de justiça do MPE/TO tem 30 anos ou mais”.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base no que prescrevem os manuais de redação de comunicações oficiais e as gramáticas normativas, julgue os próximos itens.

- 61** O denominado padrão ofício foi estabelecido para que se uniformizasse, em diagramação única, a redação da exposição de motivos, do aviso e do ofício, instrumentos de comunicação oficial que diferem antes pela finalidade do que pela forma.
- 62** Na parte do ofício denominada desenvolvimento, mesmo que se deseje transmitir mais de uma idéia, elas devem ser expressas em um só parágrafo.
- 63** O memorando, tal como o ofício e a exposição de motivos, é um expediente de comunicação oficial eminentemente interno, ou seja, a comunicação se estabelece entre unidades administrativas de um mesmo órgão público.
- 64** Visando-se à eficiência no entendimento da comunicação oficial, deve ser adotado o uso do padrão culto da língua, o que não se confunde com o emprego do jargão burocrático, o qual deve ser evitado.
- 65** O seguinte trecho é exemplo de escrita que não atende à recomendação de clareza do texto da comunicação oficial: “A necessidade emergente se caracteriza por uma correta correlação entre estrutura e superestrutura no interesse da população, vitalizando, em uma ótica preventiva, a transparência de cada ato decisional”.
- 66** Sem que se considere a diagramação característica de cada expediente oficial, atende às prescrições gramaticais e às de redação de comunicação oficial o seguinte trecho:
- Senhora Juíza,
- Por considerarmos que Vossa Excelência deva estar preocupada com os desdobramentos que a imprensa conferiu à sentença proferida por V.Ex.^a em 16 de abril de 2006, encaminhamos anexa a cópia do ofício remetido por este órgão ao Senado Federal.
- 67** Com relação à forma, no expediente de comunicação oficial exposição de motivos, que, geralmente, vem abreviado “EM n.º ...”, não deve constar, além do vocativo, nenhuma expressão que designe o destinatário de tal comunicação.
- 68** Na comunicação oficial, o termo “doutor” deve ser usado como tratamento genérico dispensado a autoridades, não restrito, portanto, a pessoas que tenham tal grau em razão de conclusão de doutorado.
- 69** Caso, no fecho de uma comunicação oficial, tenha sido corretamente empregado o advérbio “Atenciosamente”, infere-se que o remetente ocupa cargo de hierarquia inferior à do cargo do destinatário do expediente.
- 70** Verifica-se transgressão à norma gramatical no seguinte trecho de expediente oficial: Está sendo encaminhado a V.S.^a, a cópia do telegrama n.º 12, de 1.º de fevereiro de 2006, remetido ao interessado por este departamento.

Em uma organização pública, os servidores encontram-se desmotivados. Há um ambiente entre eles de desconfiança e individualismo. Essa atmosfera está causando uma série de impactos na organização.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir, relativos ao trabalho em equipe e à qualidade no atendimento ao público.

- 71** No contexto apresentado, os impactos são negativos para a organização, no que diz respeito aos processos internos e no relacionamento com os usuários.
- 72** A atuação em equipe poderia modificar a situação descrita, por meio de um trabalho de liderança que adaptasse os aspectos individuais dos servidores às expectativas da organização e dos usuários.

A competência interpessoal é um requisito imprescindível em todos os níveis ocupacionais de uma organização, desde o atendimento à comunidade externa até o convívio diário com o público interno, no mesmo setor (os colegas e a chefia imediata) e intersetores. Acerca de relações humanas, julgue os itens subseqüentes.

- 73** A competência interpessoal é a habilidade de ser eficaz nas relações interpessoais, de lidar com outras pessoas de maneira diferenciada, adequada às necessidades de cada uma.
- 74** Perceber de forma acurada uma situação e suas variáveis permite que o indivíduo seja capaz de se posicionar de forma habilidosa na rede de relações interpessoais interna e externa no local de trabalho.
- 75** Espaços internos de exposição de conflitos, no trabalho, podem aumentar as divergências e dificultar a elaboração das relações de confiança entre os trabalhadores.

O Ministério Público, no processo civil, ora atua como autor, ora como órgão interveniente. Essa multiplicidade de funções tem por finalidade primordial zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

- 76** O Ministério Público detém legitimidade para propor ação popular.
- 77** Nos procedimentos de jurisdição voluntária, é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- 78** A hipótese de existência de herdeiros incapazes outorga legitimidade ao Ministério Público para requerer o inventário e a partilha de bens.
- 79** Se o incapaz tiver representante legal, é dispensada a intervenção do Ministério Público no processo.
- 80** Quando atua no processo civil na função de fiscal da lei, o Ministério Público detém legitimidade para oferecer exceção de incompetência relativa do juízo.

Justifica-se a existência das diversas modalidades de intervenção de terceiros pelo fato de o processo poder produzir efeitos sobre a esfera jurídica de interesses de pessoas estranhas à relação processual.

Alexandre Freitas Câmara. *In: Lições de direito processual civil*. Vol. I. 14.^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 185 (com adaptações).

Com relação ao assunto abordado nesse fragmento de texto, julgue os itens a seguir.

- 81** A denunciação da lide é ação regressiva e incidental, proposta pela parte ré ou autora, com a finalidade de se garantir o direito de regresso contra o denunciado, em face da possibilidade de eventual sucumbência do denunciante na ação principal. A partir desse conceito, compete afirmar ser ela cabível exclusivamente em processo de conhecimento, sendo, portanto, inviável nos processos executivo e cautelar.
- 82** Embora constitua espécie de intervenção coacta de terceiros, o chamamento ao processo pode ser provocado também pelo autor.
- 83** A constituição de litisconsórcio passivo necessário entre os atores processuais da ação principal, denominados opostos, decorre de ação de oposição, em que o oponente ingressa em juízo para a defesa do direito próprio sobre o mesmo objeto litigioso controvertido pelas partes do processo em que se dá a intervenção.
- 84** A nomeação à autoria, modalidade de intervenção forçada, somente pode ser suscitada pelo autor.
- 85** É permitido ao juiz, de ofício, determinar a citação de terceiro interveniente.

A ação é um dos institutos fundamentais do direito processual, uma vez que, em razão da inércia da jurisdição, o Estado só poderá — como regra geral — exercer aquela função após a provocação do interessado, a qual se dá mediante o exercício da ação.

Idem, ibidem, p. 115 (com adaptações).

Com relação ao exercício do direito de ação, julgue os itens subseqüentes.

- 86** O Código de Processo Civil (CPC) seguiu a teoria da ação como direito autônomo e concreto.
- 87** Os elementos identificadores da ação são as partes, o pedido e o valor da causa.
- 88** O reconhecimento da ausência das condições da ação resulta em declaração judicial de nulidade processual.
- 89** Uma das características da jurisdição é a instrumentalidade, cujo objetivo é dar atuação prática às regras do direito material e processual.
- 90** São características da função jurisdicional: parcialidade, revogação e originalidade.

O processo apresenta-se, no mundo do direito, como uma relação jurídica que se estabelece entre as partes e o juiz e se desenvolve, através de sucessivos atos, de seus sujeitos, até o provimento final destinado a dar solução ao litígio.

Humberto Theodoro Júnior. *In: Curso de direito processual civil*. Vol. I. 41.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004 (com adaptações).

Com relação a forma, classificação, tempo, lugar, prazos, comunicação e nulidades dos atos processuais, julgue os itens que se seguem.

- 91** A citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de que este se defenda.
- 92** No CPC, os atos processuais são divididos em atos da parte, do juiz e do escrivão ou chefe da secretaria.
- 93** No CPC, a forma prescrita para determinado ato processual é relevante, de modo que, em qualquer caso, a sua inobservância é causa de nulidade absoluta, ainda que se tenha alcançado a consecução da finalidade do ato.
- 94** Os atos decisórios do juiz são: despacho, decisão interlocutória e sentença.
- 95** Os atos processuais de comunicação são aqueles que se destinam a representar em escritos as declarações de vontade das partes, de terceiros e dos membros do órgão jurisdicional.

O processo civil é composto por uma série de atos coordenados que dão formatação a uma relação jurídica de direito processual. Tal fenômeno tem como um dos seus integrantes o Estado-Juiz, representado no processo pelos órgãos judiciários e auxiliares. Com relação a esse tema, julgue os próximos itens.

- 96** Considera-se impedido o juiz, quando, no processo, estiver postulando, como advogado da parte, o cônjuge ou qualquer parente do magistrado, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral até o segundo grau.
- 97** Os auxiliares da justiça podem ser permanentes ou eventuais.
- 98** A suspeição é um vício mais grave que o impedimento.
- 99** A lacuna ou a obscuridade da lei exime o juiz de sentenciar ou despachar, sendo-lhe vedado o uso da analogia.
- 100** O valor da causa e território são critérios informativos da competência relativa do juízo.

Acerca da ação penal, julgue os itens seguintes.

- 101** No caso da ação penal privada, há substituição processual, pois o seu titular age em nome próprio mas defende interesse alheio que é o direito de punir do Estado.
- 102** A regra para determinar se a ação penal é privada ou pública encontra-se na própria lei. Se a lei que descreve o delito não determina a ação penal, automaticamente ela é pública. Só será privada quando a lei expressamente assim o determinar.
- 103** Considere a seguinte situação hipotética.

O Ministério Público ofereceu denúncia por crime de roubo, porém, no decorrer do processo, entendeu pela improcedência da ação em face da inexistência do crime.

Nessa situação, o promotor de justiça poderá desistir da ação penal proposta, pois, sendo o seu titular, cabe-lhe, a qualquer tempo, abrir mão do prosseguimento da ação.

104 Considere a seguinte situação hipotética.

A autoridade policial instaurou inquérito policial em face de crime que se apura mediante ação pública condicionada, tendo concluído o procedimento investigatório, encaminhando-o em seguida à apreciação do representante do Ministério Público. Ao compulsar o feito, o promotor de justiça constatou a falta de representação do ofendido.

Nessa situação, o processo não pode ter início pois a representação é condição específica de procedibilidade.

Julgue os itens a seguir, no que tange à prisão.

105 A prisão preventiva, medida cautelar de natureza pessoal, pode ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, desde que satisfeitos os requisitos legais e tendo como pressupostos a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

106 Considere a seguinte situação hipotética.

A autoridade policial fez uma representação ao Poder Judiciário no sentido de ser ordenada a prisão preventiva de indiciado em inquérito policial, tendo o juiz indeferido o pedido, deixando de decretar a medida excepcional.

Nessa situação, em face da decisão denegatória, a autoridade policial poderá interpor recurso, pois é parte legítima para recorrer.

107 É possível a decretação de prisão preventiva nas contravenções penais, desde que a contravenção seja inafiançável e que fique apurado nos autos que o indiciado é vadio.

108 Considere a seguinte situação hipotética.

Armindo, com 55 anos de idade, carroceiro, presenciou Antônio desferir várias facadas em João, que faleceu ainda no local do crime. Temeroso diante da violência do criminoso, Armindo fugiu em desabalada carreira, não adotando qualquer providência no sentido de prender o autor do delito.

Nessa situação, ficando demonstrado que Armindo não tinha qualquer envolvimento com o delito, este não poderá ser responsabilizado criminalmente, pois a lei não lhe impõe dever jurídico, mas apenas a faculdade de efetuar a prisão em flagrante.

109 A prisão temporária é cabível em qualquer crime, podendo o juiz ou o representante do Ministério Público decretá-la, desde que a custódia seja imprescindível para a investigação criminal.

No que tange ao *habeas corpus*, julgue os itens que se seguem.

110 Sendo o *habeas corpus* um remédio judicial destinado a coibir qualquer ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade de locomoção, é admitido contra a prisão disciplinar militar quando visa o questionamento, na esfera judiciária, da conveniência e da oportunidade da medida restritiva de liberdade.

111 A competência para julgar o *habeas corpus* quando a autoridade coatora for membro do Ministério Público estadual é originária do tribunal de justiça.

112 Considere a seguinte situação hipotética.

Um juiz de direito, ao receber determinado inquérito policial, iniciado mediante a lavratura de auto de prisão em flagrante, constatou a falta de provas e de requisitos legais para que o indiciado permanecesse sob custódia e decidiu pela ausência de justa causa para a existência e manutenção da investigação policial.

Nessa situação, caberá ao magistrado impetrar *habeas corpus* a favor do indiciado para fazer cessar o constrangimento.

113 Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, pode impetrar *habeas corpus*, independentemente de possuir habilitação técnica para tanto. Considera-se impetrante aquele que ajuíza a ação de *habeas corpus* e paciente, a pessoa em favor de quem a ordem é solicitada, nada impedindo que ambos se concentrem no mesmo indivíduo.

114 No *habeas corpus*, via de regra, é incabível a colheita de provas pericial ou testemunhal, pois, conforme a majoritária jurisprudência, é vedado o exame de material cognitivo e o aprofundado cotejo de prova na via estreita do *writ*.

115 A decisão favorável do *habeas corpus* não pode ser estendida, de ofício, a outros interessados alheios à impetração do *writ* e que se encontrem em situação fático-jurídica idêntica à do paciente beneficiado.

Julgue os próximos itens, relativos à lei orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO).

116 A autonomia funcional e administrativa assegurada ao MPE/TO garante independência absoluta à instituição em relação aos demais poderes do estado, cabendo-lhe, por consequência, atos de autogoverno sem qualquer fiscalização ou controle externo no que tange à aplicação dos recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias e patrimoniais.

117 São princípios que regem o MPE/TO a indivisibilidade, a unidade e a independência funcional.

118 A atividade do promotor de justiça não se circunscreve ao campo repressivo. Variadas são as suas funções extrapenais, a exemplo da ação civil pública, em que é conferido ao MPE/TO o direito de ação, visando a proteção de interesses difusos, coletivos, do patrimônio público e social, do meio ambiente etc.

119 A função de direção do processo conferida aos juízes os coloca em posição superior em relação às partes, importando em gradação funcional dos órgãos jurisdicionais sobre os membros do MPE/TO.

120 Aos membros do MPE/TO é permitido o exercício da advocacia cumulativamente com suas funções institucionais, obrigando-se eles, porém, a comparecer diariamente à promotoria e nela permanecer durante o horário normal de expediente.